

ROBERTT. 4117

14-8-41

3/20/41



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES

SERV. DE COMUNICAÇÕES

RIO DE JANEIRO, D. F.

28762

S. C. V. 10244 1941

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

-2 AGOS 1941

1941

2019 1.1.01967-11

PGERTT Kanden G/0022/2019

DISTRIBUIÇÃO

fol permissão p^a / apresentar
em toda fora do prazo os
documentos e titulos ref
a sua propriedade

Mr V 31/7
D. U. S. V. 1-11.
1^o Comissão Especial
R. de Situlos de Gene 4/11

Carta 25/6/41 Malvina
d' Oliveira Souza
PR 18133/41

M. A. - D. A. - DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES

S. C. V. 10244 19 41

Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1941

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

Exmo. Snr. - 2. AGOS 1941
Dr. Getulio Vargas
D.D. Presidente da Republica.



Respeitosas Saudações.

Releve-me V.Ex. que eu tome a liberdade de vir a sua presença solicitar que se digne de permitir por equidade que eu possa apresentar (embora fóra de prazo) a Comissão Revisora os documentos e titulos referentes ao sitio de minha propriedade, localizado a Estrada do Possinho em Mendes, Distrito de Barra do Pirahy.

Ameaçada como estou, de ver o unico bem que possui confiscado, em virtude do Dec.nº 893 de 26/11/1938 mandado expedir por V.Ex. e do qual dado a minha idade e modestia de vida só tive conhecimento em Abril do ano pp. isto mesmo por desejar vender a dita propriedade e por occasiao do pagamento do imposto de transmissão, quando já havia recebido a importancia referente ao signal.

Surprehendida, procurei junto a Comissão, justificar a minha falta (embora involuntaria) e decorrido 12 mezes por informação do Dr. Henrique Dietrich membro da Comissão Revisora, tive a desalentadora noticia de que "deveria ser" confiscada a minha propriedade por não ter V.Ex. concedido prorrogação de novo prazo.

É nesta situação angustiosa que apélo para o coração bondoso de V.Ex. certa de que ouvirá minha supplica, concedendo-me por equidade o que peço. Estou com os meus impostos territoriais em dia e o meu titulo da propriedade registrado conforme documento em meu poder, ha 44 anos.

Rogando a Deus pelo vosso bem pessoal, antecipadamente vos agradeço.

Da Crda. Atta. Obra.

Roalina d'Almeida Souza

R. Delfina Enes, 173-fundos-Circular da Penha

A. D. T. C.
EM 5/8/41
[Signature]
DIRETOR GERAL

D. T. C.
PROTOCOLO GERAL
11 | 8 | 41
Nº 3120

O assunto é da alçada da Primeira
Comissão Especial Revisora de Títulos
de Terras.

12. 8. 41

Arnaldo Bary
Secretário

~~Eucaciano de~~
~~12/8/41~~
~~Arnaldo Bary~~

A Comissão tomou conhecimento do
decreto legislativo que concede um prazo
para o cumprimento do disposto no art. 2º
do decreto-lei n. 853, de 26/11/41 e de n. 5710, de
12 de janeiro de 1940. Remete-se o processo ao D. R. P. V.
Rio, 17/11/41

Luciano Pereira de Sily
Secretário
Henrique Vitorino

Srs. Relatores.

Com o tratamento de assunto da al-
çada do P. B. B. T. T. penso que o presente
processo deveria pertencer aos arquivos des-
ta Comissão e não ser devolvido ao D. R. P. V.

Submeto o assunto à consideração sus-
penso.

Rio, 11-12-41
Arnaldo Bary
Secret.

De acendo, arquivar-se

Rio, 11/12/41

Luciano Pereira de Sily
Secretário
Henrique Vitorino



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS DE TERRAS
(Decreto-Lei n° 893.

RIO DE JANEIRO, D. F.

Of. 1756

18 de Outubro de 1941.

Sr. Ministro.

Temos a honra de restituir a V. Excia. o processo D.C.M. n° 28.762/41, originado da carta em que Malvina d'Oliveira Souza solicita do Exm° Sr. Presidente da República permissão, por equidade, para que possa apresentar, embora fóra do prazo, á P.C.E.R.T.T. os documentos e títulos referentes ao sítio de propriedade da missivista, situado á Estrada do Focinho, no Distrito de Mendes, do Município de Barra do Piraí, com as seguintes informações:

Em processos anteriores, que tomaram os números P.C.E.R.T.T. 3.284/40, 3.809/41, 3.942/41 e 4.116/41, esta Comissão já teve oportunidade de manifestar-se sobre vários apelos feitos ao Sr. Presidente da República, por interessados, no sentido de ser prorrogado o prazo ou concedido novo para o cumprimento do disposto no art° 2° do Decreto-Lei n° 893, de 26 de novembro de 1938 e no Decreto n° 5.110, de 12 de janeiro de 1940.

No de n° 3.284, em que é interessado Demétrio Pereira da Silva, exarou em 29/8/940, o despacho transmitido a



- 2 -

V. Excia. no ofício nº 1.042, de 10/10/940:

"O prazo a que se refere o § único do artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, já foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 1.651, de 4/10/39, publicado no Diário Oficial de 6/10/39 e o relativo ao Decreto-número 5.110, de 12/1/40, foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 2.504, de 19/8/40. Em situação idêntica ao requerente ha muita gente, segundo tem conhecimento esta Comissão, que, por isso, nada tem a opor a uma nova prorrogação do dito prazo do Decreto-Lei nº 893, de 1938. Restitua-se o processo ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura. Rio, 29/8/940."

No de nº 3.809, em que é interessado Pedro Alves de Carvalho, exarou o despacho de 3/3/941, cujo teor foi transmitido a V. Excia no ofício nº 1.246, de 4/3/941:

"O prazo a que se refere o paragrafo único do artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, já foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 1.651, de 4/10/939, publicado no Diário Oficial de 6/10/939 e o relativo ao Decreto nº 5.110, de 12/1/940, foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 2.504, de



- 3 -

19/8/940. Em situação idêntica ao peti-
onário ha muitos interessados, segundo tem
conhecimento esta Comissão, que, por isso,
nada tem a opor a uma nova prorrogação do
dito prazo do Decreto-Lei nº 893, de 26/
11/938, assunto sobre o qual já se pronun-
ciou favoravelmente no processo P.C.E.R.
T.T. nº 3.284/40, encaminhado ao Exmº Sr.
Ministro da Agricultura em 14/9/940, ca-
peado pelo ofício nº 975, bem como do pra-
zo a que se refere o Decreto nº 5.110, de
12/1/940. Encaminhe-se o processo ao Exmº
Sr. Ministro da Agricultura. Rio, 3 de
março de 1941."

Submetido o processo ao conhecimento do Exmº Sr.
Presidente da República, mandou S. Excia., em despacho de 18/7/
941, que o mesmo

"Voltasse para a Comissão informar que pra-
zos já tiveram os interessados e quando
finda o último concedido."

Prestadas as informações no ofício nº 1.293, de
14/4/941, proferiu, nele, o Exmº Sr. Presidente da República, o des-
pacho:

"Arquive-se. Em 24/4/941".

Nos processos de ns. 3.942 e 4.116, em que são



- 4 -

Interessados Edmundo Pereira de Matos e outros, a Comissão se limitou a devolve-los á Divisão de Terras e Colonização, de onde provinham, com o ofício nº 1.465, de 17 de junho de 1941, informando constar do arquivo da Comissão o processo nº 3.809-3.851, em que Pedro Alves de Carvalho solicitára, por telegrama, ao Exmº Sr. Presidente da Republica, prorrogação do prazo para a apresentação de documentos exigida pelo artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, com o despacho "Arquive-se".

Submetido o requerimento de Edmundo Pereira de Matos e outros, com as informações prestadas pelo Sr. Diretor Geral do D.N.P.V., a que é subordinada a D.T.C., ao Exmº Sr. Presidente da República, teve o seguinte despacho:

"Se o prazo é insuficiente sua prorrogação deve ser solicitada pela própria Comissão, em carater geral. Em 23/7/941. G.Vargas."

X

X

X

Como se vê do histórico acima resumido, a P. C.E.R.T.T., sabendo que ainda se contam em grande número os interessados que deixaram de apresentar, nos prazos anteriormente marcados, os documentos a que estão obrigados, por força do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938 e Decreto nº 5.110, de 12/1/940, assim nos marcados originariamente, como nos decorrentes das prorrogações, por duas vezes declarou nada ter a o-



PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA
DE TÍTULOS DE TERRAS

QUADRO SINOPTICO dos trabalhos da P.C.E.R.T.T.

no periodo de 21/1/39 a 18/10/41

DESCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	
	PARCIAL	TOTAL
Sessões plenárias, á razão de 2 por semana	228	228
Despachos em geral		4 406
Sendo:		
definitivos	1 344	
interlocutórios	3 062	
Relações publicadas no Diário Oficial	251	251
Processos protocolados		4 207
Sendo:		
Processos de junta da	529	
" ainda não estudados	966	
" liberados	1 340	
" em diligência, c/exigências e distribuídos	1 372	
Ofícios expedidos, em geral		1 755
Sendo:		
á Diretoria do Domínio da União	1 024	
á Divisão de Terras e Colonização	380	
á Estrada de Ferro Central do Brasil	14	
ao Sr. Ministro da Agricultura	18	
ao Diário Oficial	147	
Avulsos	172	

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1941.

Natália Curass de

Auxiliar de Esc. - X

C O N F E R E

Guilhermina Billewicz

OFAM - H
Secretária

V I S T O

Membro da Comissão

(Decreto-Lei nº 893.

18 de Outubro de 1941.

Of. 1756

Sr. Ministro.

Temos a honra de restituir a V. Excia. o processo D.C.M. nº 28.762/41, originado da carta em que Malvina d'Oliveira Souza solicita do Exmº Sr. Presidente da República permissão, por equidade, para que possa apresentar, embora fóra do prazo, á P.C.E.R.T.T. os documentos e títulos referentes ao sítio de propriedade da missivista, situado á Estrada do Poquinho, no Distrito de Mendes, do Município de Barra do Pirai, com as seguintes informações:

Em processos anteriores, que tomaram os números P.C.E.R.T.T. 3.284/40, 3.809/41, 3.942/41 e 4.116/41, esta Comissão já teve oportunidade de manifestar-se sobre vários apelos feitos ao Sr. Presidente da Republica, por interessados, no sentido de ser prorrogado o prazo ou concedido novo para o cumprimento do disposto no artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26 de novembro de 1938 e no Decreto nº 5.110, de 12 de janeiro de 1940.

No de nº 3.284, em que é interessado Demétrio Pereira da Silva, exarou em 29/8/940, o despacho transmitido a

- 2 -

V. Excia. no ofício nº 1.042, de 10/10/940:

"O prazo a que se refere o § único do artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, já foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 1.651, de 4/10/39, publicado no Diário Oficial de 6/10/39 e o relativo ao Decreto número 5.110, de 12/1/40, foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 2.504, de 19/8/40. Em situação idêntica ao requerente ha muita gente, segundo tem conhecimento esta Comissão, que, por isso, nada tem a opor a uma nova prorrogação do dito prazo do Decreto-Lei nº 893, de 1938. Restitua-se o processo ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura. Rio, 29/8/940."

No de nº 3.809, em que é interessado Pedro Alves de Carvalho, exarou o despacho de 3/3/941, cujo teor foi transmitido a V. Excia no ofício nº 1.246, de 4/3/941:

"O prazo a que se refere o paragrafo único do artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, já foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 1.651, de 4/10/939, publicado no Diário Oficial de 6/10/939 e o relativo ao Decreto nº 5.110, de 12/1/940, foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 2.504, de

- 3 -

19/8/940. Em situação idêntica ao peti-
onário ha muitos interessados, segundo tem
conhecimento esta Comissão, que, por isso,
nada tem a opor a uma nova prorrogação do
dito prazo do Decreto-Lei nº 893, de 26/
11/938, assunto sobre o qual já se pronun-
ciou favoravelmente no processo P.C.E.R.
T.T. nº 3.284/40, encaminhado ao Exmº Sr.
Ministro da Agricultura em 14/9/940, ca-
peado pelo ofício nº 975, bem como do pra-
zo a que se refere o Decreto nº 5.110, de
12/1/940. Encaminhe-se o processo ao Exmº
Sr. Ministro da Agricultura. Rio, 3 de
março de 1941."

Submetido o processo ao conhecimento do Exmº Sr.
Presidente da República, mandou S. Excia., em despacho de 18/7/
941, que o mesmo

"Voltasse para a Comissão informar que pra-
zos já tiveram os interessados e quando
finda o último concedido."

Prestadas as informações no ofício nº 1.293, de
14/4/941, proferiu, nele, o Exmº Sr. Presidente da República, o des-
pacho:

"Arquive-se. Em 24/4/941".

Nos processos de ns. 3.942 e 4.116, em que são

- 4 -

interessados Edmundo Pereira de Matos e outros, a Comissão se limitou a devolve-los á Divisão de Terras e Colonização, de onde provinham, com o ofício n° 1.465, de 17 de junho de 1941, informando constar do arquivo da Comissão o processo n° 3.809-3.851, em que Pedro Alves de Carvalho solicitára, por telegrama, ao Exm° Sr. Presidente da Republica, prorrogação do prazo para a apresentação de documentos exigida pelo art° 2° do Decreto-Lei n° 893, de 26/11/938, com o despacho "Arquive-se".

Submetido o requerimento de Edmundo Pereira de Matos e outros, com as informações prestadas pelo Sr. Diretor Geral do D.N.P.V., a que é subordinada a D.T.C., ao Exm° Sr. Presidente da República, teve o seguinte despacho:

"Se o prazo é insuficiente sua prorrogação deve ser solicitada pela própria Comissão, em caráter geral. Em 23/7/941. G.Vargas."

X

X

X

Como se vê do histórico acima resumido, a P. C.E.R.T.T., sabendo que ainda se contam em grande número os interessados que deixaram de apresentar, nos prazos anteriormente marcados, os documentos a que estão obrigados, por força do Decreto-Lei n° 893, de 26/11/938 e Decreto n° 5.110, de 12/1/940, assim nos marcados originariamente, como nos decorrentes das prorrogações, por duas vezes declarou nada ter a o-

- 5 -

por a que fossem concedidos novos prazos, afim de que todos os interessados que não se haviam utilizado dos anteriormente concedidos, já esgotados, pudessem cumprir as exigências legais.

Depreendendo-se do último respeitavel despacho do Exmº Sr. Presidente da República, haver S. Excia. resólvido deixar o assunto á iniciativa desta Comissão, temos a honra de juntar a êste uma minuta de Decreto-Lei, concedendo um novo prazode noventa dias, para a satisfação, pelos interessados, do disposto no artº 2º do Decreto-Lei nº 893 e no Decreto nº 5.110, afim de que V. Excia. se digne de submete-la á consideração do mesmo Exmº Sr. Presidente da Republica.

Acompanha, tambem, um quadro sinotico dos trabalhos da P.C.E.R.T.T., desde o seu início até hoje.

Respeitosas saudações

A Comissão,



PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA
DE TÍTULOS DE TERRAS

QUADRO SINOPTICO dos trabalhos da P.C.E.R.T.T.
no periodo de 21/1/39 a 18/10/41

DESCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	
	PARCIAL	TOTAL
Sessões plenárias, á razão de 2 por semana	228	228
Despachos em geral		4 406
Sendo:		
definitivos	1 344	
interlocutórios	3 062	
Relações publicadas no Diário Oficial	251	251
Processos protocolados		4 207
Sendo:		
Processos de juntada	529	
" ainda não estudados	966	
" liberados	1 340	
" em diligência, c/exigências e distribuídos	1 372	
Ofícios expedidos, em geral		1 755
Sendo:		
à Diretoria do Domínio da União	1 024	
à Divisão de Terras e Colonização	380	
à Estrada de Ferro Central do Brasil	14	
ao Sr. Ministro da Agricultura	18	
ao Diário Oficial	147	
Avulsos	172	

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1941.

Herando

Auxiliar de Esc. - X

CONFERE

G. Ribencourt

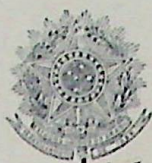
OFAM - H
Secretaria

V I S T O

Membro da Comissão

Cópia autêntica — O original foi registrado
e está arquivado na Secretaria da
Presidência da República

Em 29 de 10 de 1941



Adjunto

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

008V

Decreto-Lei n. 3771 de 29 de Outubro de 1941

Estabelece novo prazo para a satisfação das exigências constantes do artigo 2º do decreto-lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, extensivo aos imóveis do Domínio da União a que se refere o Decreto nº 5.110, de 12 de janeiro de 1940.

O Presidente da República:

usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica concedido novo prazo de noventa dias, a contar da data da publicação deste decreto-lei, para satisfação das exigências constantes do artigo 2º do decreto-lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, extensivo aos imóveis do Domínio da União a que se refere o decreto nº 5.110, de 12 de janeiro de 1940, observada a retificação publicada á página nº 2.045, do Diário Oficial, de 3 de fevereiro do mesmo ano.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1941,
120º da Independência e 53º da República.

Getulio Vargas
Carlo de Souza Duarte
A. de Souza Costa

Estabelece novo prazo para a satisfação das exigências constantes do artigo 2º do decreto-lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, extensivo aos imóveis do Domínio da União a que se refere o Decreto nº 5.110, de 12 de janeiro de 1940.

usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica concedido novo prazo de noventa dias, a contar da data da publicação deste decreto-lei, para satisfação das exigências constantes do artigo 2º do decreto-lei nº 893, de 26 de novembro de 1938, extensivo aos imóveis do Domínio da União a que se refere o decreto nº 5.110, de 12 de janeiro de 1940, observada a retificação publicada à página nº 2.045, do Diário Oficial, de 3 de fevereiro do mesmo ano.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de de 1941,
120º da Independência e 53º da República.

(Decreto-Lei n° 893.

Of. 1756

18 de Outubro de 1941.

Sr. Ministro.

Temos a honra de restituir a V. Excia. o processo D.C.M. n° 28.762/41, originado da carta em que Malvina d'Oliveira Souza solicita do Exm° Sr. Presidente da República permissão, por equidade, para que possa apresentar, embora fóra do prazo, á P.C.E.R.T.T. os documentos e títulos referentes ao sítio de propriedade da missivista, situado á Estrada do Po-cinho, no Distrito de Mendes, do Município de Barra do Pirai, com as seguintes informações:

Em processos anteriores, que tomaram os números P.C.E.R.T.T. 3.284/40, 3.809/41, 3.942/41 e 4.116/41, esta Comissão já teve oportunidade de manifestar-se sobre vários apelos feitos ao Sr. Presidente da República, por interessados, no sentido de ser prorrogado o prazo ou concedido novo para o cumprimento do disposto no art° 2° do Decreto-Lei n° 893, de 26 de novembro de 1938 e no Decreto n° 5.110, de 12 de janeiro de 1940.

No de n° 3.284, em que é interessado Demétrio Pereira da Silva, exarou em 29/8/940, o despacho transmitido a

- 2 -

V. Excia. no ofício nº 1.042, de 10/10/940:

"O prazo a que se refere o § único do artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, já foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 1.651, de 4/10/39, publicado no Diário Oficial de 6/10/39 e o relativo ao Decreto-número 5.110, de 12/1/40, foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 2.504, de 19/8/40. Em situação idêntica ao requerente ha muita gente, segundo tem conhecimento esta Comissão, que, por isso, nada tem a opor a uma nova prorrogação do dito prazo do Decreto-Lei nº 893, de 1938. Restitua-se o processo ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura. Rio, 29/8/940."

No de nº 3.809, em que é interessado Pedro Alves de Carvalho, exarou o despacho de 3/3/941, cujo teor foi transmitido a V. Excia no ofício nº 1.246, de 4/3/941:

"O prazo a que se refere o paragrafo único do artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, já foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 1.651, de 4/10/939, publicado no Diário Oficial de 6/10/939 e o relativo ao Decreto nº 5.110, de 12/1/940, foi prorrogado pelo Decreto-Lei nº 2.504, de

- 3 -

19/8/940. Em situação idêntica ao petição-
nário ha muitos interessados, segundo tem
conhecimento esta Comissão, que, por isso,
nada tem a opor a uma nova prorrogação do
dito prazo do Decreto-Lei nº 893, de 26/
11/938, assunto sobre o qual já se pronun-
ciou favoravelmente no processo P.C.E.R.
T.T. nº 3.284/40, encaminhado ao Exmº Sr.
Ministro da Agricultura em 14/9/940, ca-
peado pelo ofício nº 975, bem como do pra-
zo a que se refere o Decreto nº 5.110, de
12/1/940. Encaminhe-se o processo ao Exmº
Sr. Ministro da Agricultura. Rio, 3 de
março de 1941."

Submetido o processo ao conhecimento do Exmº Sr.
Presidente da República, mandou S. Excia., em despacho de 18/7/
941, que o mesmo

"Voltasse para a Comissão informar que pra-
zos já tiveram os interessados e quando
finda o último concedido."

Prestadas as informações no ofício nº 1.293, de
14/4/941, proferiu, nele, o Exmº Sr. Presidente da República, o des-
pacho:

"Arquive-se. Em 24/4/941".

Nos processos de ns. 3.942 e 4.116, em que são

- 4 -

interessados Edmundo Pereira de Matos e outros, a Comissão se limitou a devolve-los á Divisão de Terras e Colonização, de onde provinham, com o ofício nº 1.465, de 17 de junho de 1941, informando constar do arquivo da Comissão o processo nº 3.809-3.851, em que Pedro Alves de Carvalho solicitára, por telegrama, ao Exmº Sr. Presidente da Republica, prorrogação do prazo para a apresentação de documentos exigida pelo artº 2º do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938, com o despacho "Arquive-se".

Submetido o requerimento de Edmundo Pereira de Matos e outros, com as informações prestadas pelo Sr. Diretor Geral do D.N.P.V., a que é subordinada a D.T.C., ao Exmº Sr. Presidente da República, teve o seguinte despacho:

"Se o prazo é insuficiente sua prorrogação deve ser solicitada pela própria Comissão, em carater geral. Em 23/7/941. G.Vargas."

X

X

X

Como se vê do histórico acima resumido, a P. C.E.R.T.T., sabendo que ainda se contam em grande número os interessados que deixaram de apresentar, nos prazos anteriormente marcados, os documentos a que estão obrigados, por força do Decreto-Lei nº 893, de 26/11/938 e Decreto nº 5.110, de 12/1/940, assim nos marcados originariamente, como nos decorrentes das prorrogações, por duas vezes declarou nada ter a o-

- 5 -

por a que fossem concedidos novos prazos, afim de que todos os interessados que não se haviam utilizado dos anteriormente concedidos, já esgotados, pudessem cumprir as exigências legais.

Depreendendo-se do último respeitavel despacho do Exmº Sr. Presidente da República, haver S. Excia. resólvido deixar o assunto á iniciativa desta Comissão, temos a honra de juntar a êste uma minuta de Decreto-Lei, concedendo um novo prazo de noventa dias, para a satisfação, pelos interessados, do disposto no artº 2º do Decreto-Lei nº 893 e no Decreto nº 5.110, afim de que V. Excia. se digne de submetê-la á consideração do mesmo Exmº Sr. Presidente da República.

Acompanha, tambem, um quadro sinotico dos trabalhos da P.C.E.R.T.T., desde o seu início até hoje.

Respeitosas saudações

A Comissão,



PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA
DE TÍTULOS DE TERRAS

QUADRO SINOPTICO dos trabalhos da P.C.E.R.T.T.
no periodo de 21/1/39 a 18/10/41

DESCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	
	PARCIAL	TOTAL
Sessões plenárias, á razão de 2 por semana	228	228
Despachos em geral		4 406
Sendo:		
definitivos	1 344	
interlocutorios	3 062	
Relações publicadas no Diário Oficial	251	251
Processos protocolados		4 207
Sendo:		
Processos de juntada	529	
" ainda não estudados	966	
" liberados	1 340	
" em diligência, c/exigências e distribuidos	1 372	
Ofícios expedidos, em geral		1 755
Sendo:		
à Diretoria do Domínio da União	1 024	
à Divisão de Terras e Colonização	380	
à Estrada de Ferro Central do Brasil	14	
ao Sr. Ministro da Agricultura	18	
ao Diário Oficial	147	
Avulsos	172	

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1941.

Auxiliar de Esc. - X

CONFERE

VISTO

OFAM - H
Secretária

Membro da Comissão



PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA
DE TÍTULOS DE TERRAS

QUADRO SINOPTICO dos trabalhos da P.C.E.R.T.T.

no período de 21/1/39 a 18/10/41

30/10

DESCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	
	PARCIAL	TOTAL
Sessões plenárias, á razão de 2 por semana	228	228
Despachos em geral	232	4 406
Sendo:		
definitivos	1 344	1 356
interlocutórios	3 062	3 042
Relações publicadas no Diário Oficial	251	251
Processos protocolados		4 207
Sendo:		
Processos de juntada	529	589
" ainda não estudados	966	936
" liberados	1 340	1 352
" em diligência, c/exigências e distribuídos	1 372	1 402
Ofícios expedidos, em geral		1 755
Sendo:		
à Diretoria do Domínio da União	1 024	1 042
à Divisão de Terras e Colonização	380	384
à Estrada de Ferro Central do Brasil	14	15
ao Sr. Ministro da Agricultura	18	18
ao Diário Oficial	147	148
Avulsos	172	173

4448

4229

1780

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1941.

Auxiliar de Esc. - X

C O N F E R E

V I S T O

OFAM - H
Secretaria

Membro da Comissão

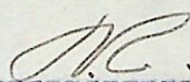
PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA
DE TÍTULOS DE TERRAS

QUADRO SINOPTICO dos trabalhos da P.C.E.R.T.T.

no período de 21/1/939 a 27/10/942

DESCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	
	PARCIAL	TOTAL
Sessões plenárias, duas por semana	316	316
Despachos		5 987
definitivos	1 871	
interlocutórios	4 116	
Relações publicadas no Diário Oficial		329
Processos protocolados		5 305
liberados	1 964	
em diligência e com exigência	2 614	
ainda não estudados	727	
Ofícios expedidos		2 719

Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1942.



Pelo Secretário

V I S T O

Membro da Comissão

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA
DE TÍTULOS DE TERRAS

QUADRO SINOPTICO dos trabalhos da P.C.E.R.T.

no período de 21/1/939 a 27/10/942

DESCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	
	PARCIAL	TOTAL
Sessões plenárias, duas por semana	316	316
Despachos		5 987
definitivos	1 871	
interlocutórios	4 116	
Relações publicadas no Diário Oficial		329
Processos protocolados		5 305
liberados	1 964	
em diligência e com exigência	2 614	
ainda não estudados	727	
Ofícios expedidos		2 719

Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1942.


Pelo Secretário

V I S T O

.....
Membro da Comissão